

DIAGNÓSTICO DAS FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO (SC)

Emerson Vieira Marcelino

Geógrafo (UFSC) e Mestrando em Sens. Remoto (INPE)

e-mail: emerson@ltid.inpe.br

ABSTRACT: *The integrated project of research "Environmental Quality of the South Region of Santa Catarina" linked to the Department of Geoscience/UFSC has as objective to elaborate recommendations and relative propositions to the management of the area quality life. The third phase of this project was centralized in the Timbé do Sul and Jacinto Machado counties, both located in Araranguá (SC) region. Thus, as an integral part of the environmental diagnosis of the Jacinto Machado, this study focused on contemplating the land use and occupation of the urban area. Three main aspects were considered: colonization model, the formation agents and environmental problems issues.*

Key-words: land use and occupation, urban area, Jacinto Machado (SC)

INTRODUÇÃO

Cada grupo social, conforme o domínio das técnicas necessárias para sua manutenção, promove alterações significativas na paisagem. Em verdade, são marcas que ainda condicionam o comportamento da mesma (RECLUS, 1985).

A paisagem, segundo Santos (1999), é o resultado de suas formas criadas em diversos momentos históricos coexistindo no presente, onde as intervenções sobre a mesma afetam a sua dinâmica, modificando-a. Palma (1997) menciona que a análise de um dos componentes da paisagem, considerando os vetores de sua dependência, pode ser utilizada como um

indicador do sistema como um todo. Este componente é tanto mais eficaz como indicador quanto maior for o seu grau de dependência em relação aos demais.

Desta forma, a necessidade de retornarmos a momentos históricos longínquos surge com a busca de respostas para as atuais modificações ocorridas na natureza. No entanto, é necessário espacializar e periodizar as alterações mais significativas ocorridas, seja no ambiente rural ou urbano. Pois, a reconstrução dos sucessivos sistemas espaciais e temporais, permite identificar e compreender os resíduos de um sistema histórico anterior, como também, nortear as ações futuras para uma determinada região (SANTOS, 1980).

Neste contexto, o projeto integrado de pesquisa “Qualidade Ambiental da Região Sul Catarinense”, vinculado ao Departamento de Geociências/UFSC, visa elaborar recomendações e proposições relativas ao gerenciamento e melhorias da qualidade de vida para a região. Em sua terceira fase, estes estudos foram centralizados nos municípios de Timbé do Sul e Jacinto Machado (Figura 1), ambos

localizados na Microrregião de Araranguá (SC). Assim, como parte integrante do diagnóstico ambiental do município de Jacinto Machado, buscou-se contemplar as formas de uso e ocupação do sítio urbano deste município, contextualizando-as ao modelo de colonização, aos principais agentes de formação e as questões ambientais envolvidas.



Figura 1 - Localização da área de estudo

A OCUPAÇÃO PIONEIRA

O processo de ocupação em Jacinto Machado ocorreu a partir do século XVII, em função das correntes de povoamento oriundas do litoral catarinense. Esta ocupação foi estabelecida por posseiros luso-brasileiros provindos, em parte, de São Vicente, por ordem da Coroa Portuguesa que procurava estabelecer seu domínio até as margens setentrionais do rio da Prata. Neste aspecto, o litoral catarinense constituiu-se em excelente base de operações (PRATES e ALMEIDA, 1993). A intenção era estabelecer póvoas colonizadoras que consolidassem a posse da terra, visto a demarcação imprecisa do Tratado de Tordesilhas (CABRAL, 1970).

Com a criação de Nossa Senhora dos Anjos de Laguna (atual Laguna) em 1676 e a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, houve o reconhecimento das terras que compreendem atualmente o sul catarinense e a porção centro leste do estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo uma rota comercial litorânea estas duas colônias (IBGE, 1977). Prates e Almeida (1993, p.191), citam que este território "... foi aberto aos tropeiros e portugueses que na região quisessem buscar gado, couros e terras, sob forma de

sesmarias - grandes latifúndios doados a seus súditos pelos reis de Portugal”.

Contudo, após alguns anos de relativo crescimento, N. S. A. de Laguna entra em um período de estagnação econômica decorrente da abertura de estradas pelo planalto (Caminho de Viamão aberto em 1732) que desviaram o comércio de gado, deixando esta região como uma área comercial periférica (Prates e Almeida, 1993). O motivo da criação desta estrada, segundo Hobold (1994, p.36), originou-se com:

“... a descoberta da riqueza aurífera de algumas áreas do rio das Velhas, do rio Doce, do rio das Mortes e do rio Jequitinhonha atraía a atração de todo o país e determinou o deslocamento de verdadeira massa de exploradores para as “Minas Gerais”. O abastecimento dessas áreas provinha, em geral, da faixa litorânea, por onde também se escoava a produção de Minas. O relevo acidentado entre o litoral e as “Minas Gerais”, (...) não permitia o uso de carroças ou de carros de bois. A solução única, vantajosa, seria a utilização de animais de carga, os mesmos porém, muito escassos nas áreas de mineração, mas encontrados em abundância nos campos rio grandenses, o

que, por sua vez, abriria chances de um intercâmbio comercial.

Surgiu, assim, o famoso ‘caminho do sul’, entre Sorocaba e os campos meridionais atravessando o Paraná e Santa Catarina pelo planalto da Serra Geral. O novo caminho se estendia através dos campos”.

Com isto a dinâmica econômica presente na orla marítima sul catarinense, mesmo provida de aptidão agrícola, foi significativamente afetada. Os núcleos populacionais praticamente ficaram isolados, com produção basicamente de subsistência (Savi, 1992).

A região estagnou-se não possuindo uma organização social e uma base econômica sólida, servindo apenas como ponto de parada para o abastecimento de navios ou consolidação do território conquistado pelos portugueses. Vale ressaltar que estes núcleos populacionais pioneiros se estabeleceram nas áreas costeiras e que pouco da planície existente entre o Oceano Atlântico e a Serra Geral havia sido explorada ou mesmo ocupada.

A Coroa Portuguesa com o intuito de reforçar o contingente populacional e, conseqüentemente, assegurar o desenvolvimento econômico e militar, estabelece o transporte e posterior

assentamento de açorianos no litoral catarinense (Lago, 1968).

Segundo Prates e Almeida (1993), cerca de 4.500 açorianos foram transportados de 1748 a 1756, para reforçar o processo de ocupação do sul do Brasil, desde São Francisco do Sul (norte catarinense) até Laguna.

Outro fator de destaque no processo de formação destes foi à construção, em 1728, da estrada Conventos-Curitiba (Hobold, 1994). A estrada iniciava nas proximidades da foz do rio Araranguá, próximo ao Morro dos Conventos, distante de Laguna, ao sul, pouco mais de 15 léguas. Seguia-se até os contrafortes da Serra Geral no sentido leste-oeste, atravessando uma planície de aproximadamente 40 quilômetros.

A subida dos contrafortes da serra era por uma trilha de difícil acesso, que ao seu final encontrava-se com o planalto rico em campos e pastos de excelentes qualidades, com fartura de gado, também denominada de Campos de Cima da Serra, posteriormente, Vacaria dos Pinhais. Desta região, os tropeiros seguiam para Lages e, daí então, para Curitiba (Hobold, 1994). Vale ressaltar que a subida dos contrafortes da Serra Geral ocorria pela encostas da

Serra da Pedra, localizada mais precisamente no município de Jacinto Machado.

Em função da abertura do Caminho dos Conventos surgiram diversos atalhos e variantes por onde transitavam tropas de gado, com locais de pouso, que iriam constituir-se nas primeiras póvoas ou praças. As póvoas eram compostas por algumas casas e estabelecimentos comerciais, que forneciam mercadorias de consumo, como açúcar, café, sal, querosene, etc.

Volta Grande (atual Jacinto Machado), recebeu esta denominação devido a grande volta que se dava de Araranguá para atingir esta “póvoa”, decorrente das grandes áreas alagadiças existentes na planície. Sua colonização foi inicialmente estabelecida por posseiros luso-brasileiros que adquiriram terras devolutas oriundos, em sua maioria, de Araranguá e Laguna (Fontanella, 1992).

As terras de Jacinto Machado tiveram como primeiro morador fixo o Sr. João da Silva Córdova que obteve, com outros irmãos, as primeiras concessões de terras devolutas (Pichetti, 1970). A área total que hoje corresponde ao centro de Jacinto Machado pertenceu inicialmente aos

latifundiários João da Silva Córdova, natural de São Francisco de Paula (RS), Antônio Bernado Boeira, natural de Santo Antônio da Patrulha (RS), Martinho Ghizzo, natural de Tubarão (SC), João Hebbe, proveniente de Araranguá (SC) (Fontanella, 1992).

Porém, o desenvolvimento da região sul catarinense era lento e suas atividades produtivas eram, em muitos aspectos, rudimentares. Isto ocorreu mesmo após serem estabelecidos os primeiros moradores e de serem criadas estradas de ligação entre o planalto e a faixa litorânea favorecendo a criação de um comércio pioneiro.

A economia não era suficientemente promissora e dinâmica para atrair um contingente populacional, ou mesmo para estabelecer uma organização social sólida. Praticava-se agricultura de pequenas propriedades, com técnicas rudimentares onde eram derrubadas as matas para utilização do solo até a exaustão. Produziam, em sua maioria, a mandioca, a cana-de-açúcar, o milho, o algodão e outras culturas em menores escalas (Lago, 1968).

Hobold (1994) resume as causas deste lento desenvolvimento em três aspectos: a

falta de estradas para realização dos intercâmbios comerciais entre os diversos distritos; os constantes recrutamentos de civis para os campos militares ou serviços afins (construção e conserto de pontes, de caminhos, de cortes e transportes de madeiras) que retiravam os agricultores das lavouras; o mau pagamento realizado pelos armazéns reais; e o não pagamento pelos serviços prestados a Coroa.

Este panorama só veio a se modificar com a vinda da família Real para o Brasil, que criou medidas de concessão de terras ao imigrante estrangeiro, com a intenção de fortalecer o governo português.

Foi a partir de 1829 que se estabeleceu o processo de colonização européia propriamente dita no território catarinense (Figura 2), sendo que a ocupação mais intensa da região sul de Santa Catarina foi a partir de 1875, normatizada pelo Decreto Imperial 5.663 de 1874 (Prates e Almeida, 1993). Esta colonização deu-se, principalmente, com a entrada dos imigrantes italianos formando as colônias de Tubarão, Azambuja, Urussanga, Criciúma e Turvo (Piazza, 1982).

A ocupação de Volta Grande tornou-se mais expressiva com a migração de italianos e de descendentes de italianos de

1921 a 1931, provenientes destas primeiras colônias. Estes se estabeleceram por conta própria adquirindo propriedades de terceiros, não valorizada pelos lusos, vendidas por baixos preços ou mesmo trocadas por gado (Dall'alba, 1997).

A FORMAÇÃO DO SÍTIO URBANO

O modelo de colonização exerce influência direta sobre a formação e direcionamento dos sítios urbanos. Apesar de ser colonizada inicialmente por portugueses, a organização espacial dos núcleos populacionais de Volta Grande obedeceu às características do modelo de colonização italiana, com a implantação de estabelecimentos fornecedores de bens de consumo e de prestação de serviços, ao longo da estrada que dava acesso às encostas da Serra Geral, paralela ao Rio da Pedra (Dall'alba, 1997).

Segundo Corrêa (1989, p.11), o espaço urbano capitalista "... é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço". E, de acordo com Peluso Junior (1991, p. 356), "Na ausência, pois, de princípios urbanísticos, são as condições geográficas do sítio e a cultura do grupo que criou a cidade que orientam o arranjo do espaço

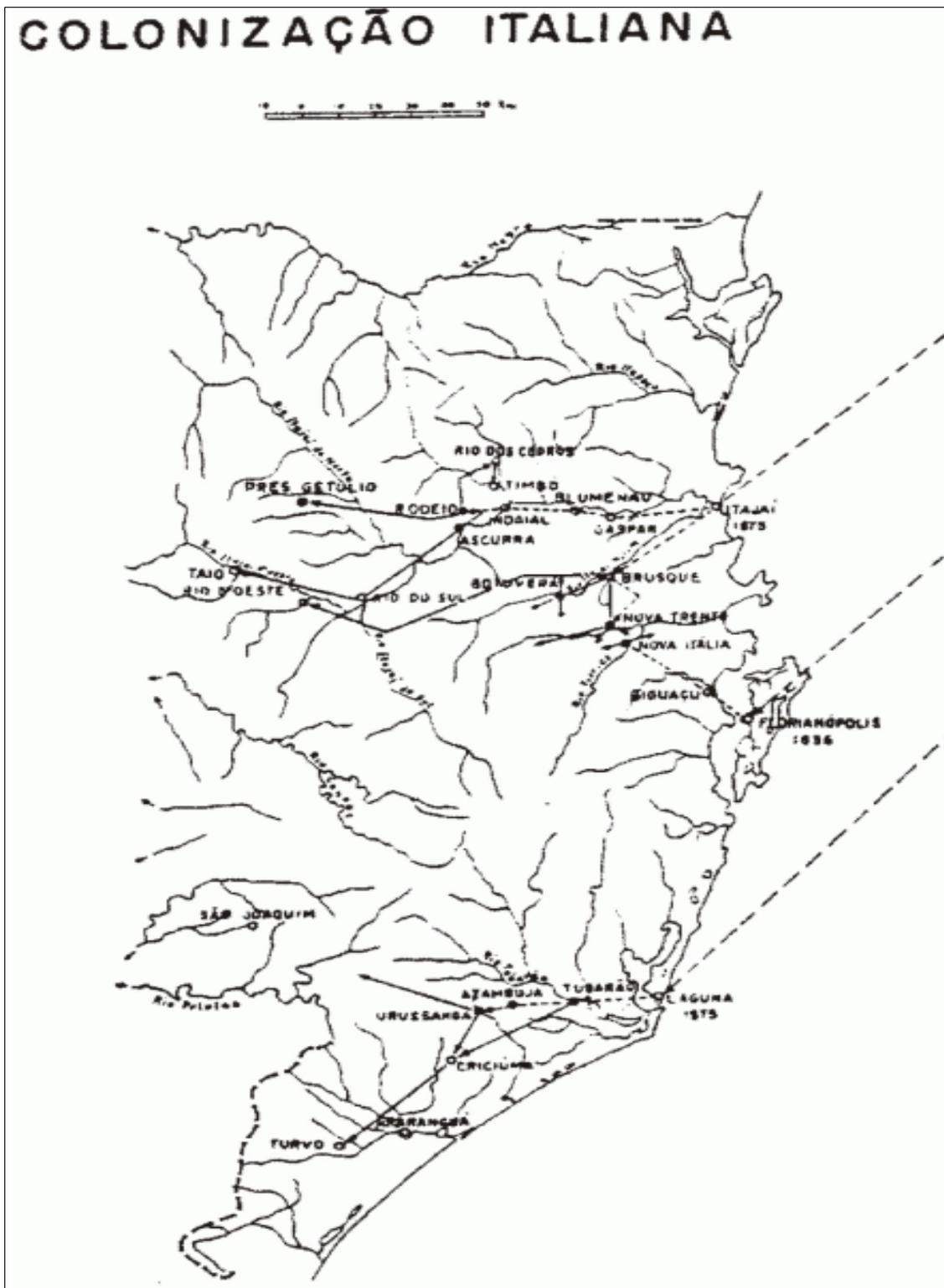


Figura 2 - Colonização italiana em Santa Catarina (PIAZZA, 1970, p. 57).

urbano”. Neste contexto, Jacinto Machado apresentou na formação do seu sítio urbano algumas características particulares, mas totalmente vinculadas ao modelo de colonização, que podemos separar em duas fases distintas de formação:

- 1ª Fase (século XVII ao início do século XIX): Ocupação e instalação dos imigrantes vicentistas e luso-brasileiros. Agricultura rudimentar e de subsistência, poucas relações comerciais e baixo contingente populacional não permitiram um desenvolvimento econômico que favorecesse o surgimento de uma comunidade bem organizada socialmente;
- 2ª Fase (a partir de meados do século XIX): Ocupação e instalação dos imigrantes ítalo-brasileiros. Instalação de culturas provindas diretamente da Europa, adensamento populacional, domínio sobre técnicas de plantio e construção de estradas. Incentivaram a formação de comércio e deram início ao processo de aglomeração urbana.

Do ponto de vista histórico não prevaleceu às características do processo de povoamento luso-brasileiro, ou seja, a igreja e a praça destacavam-se na área central do sítio urbano, representando o poder supremo e divino da época. A partir deste surgiam às ruas perpendiculares e paralelas com tendência à formação do estilo xadrez de arruamento. A igreja e a

praça eram cercadas pelas edificações que representavam o poder do homem, as sedes administrativas (Lago, 1978).

Em Jacinto Machado prevaleceu a formação de um plano urbano de tradição ítalo-brasileiro denominado de modelo colonizador estrangeiro (Lago, 1978). Este modelo era estabelecido a partir de um ponto estratégico dentro de uma região agrícola, com a implantação de póvoas que adquiriam funções básicas administrativas e comerciais (Piazza, 1982). Segundo Peluso Junior (1991, p.371), “O elemento de formação do povoado era o comércio, e a direção do plano urbano que se esboçava cabia ao caminho por onde transitavam os colonos”. Além disso, Peluso Junior (1991) acrescenta que era o comércio dirigia o plano de arruamento, ou seja, as ruas eram implantadas de forma paralela ou perpendicular à rua comercial, dando-lhe a proeminência da zona central. Desta forma, o plano urbano do modelo de colonização estrangeira era regido pela função comercial, não havendo lugar de destaque para a Igreja.

No caso de Volta Grande, este caminho principal era ao lado do rio da Pedra e, este se ajustou às condições morfológicas que, sendo uma extensa planície, beneficiou a implantação dos demais arruamentos.

A expansão urbana

Com a formação do sítio urbano de Volta Grande e com o relativo desenvolvimento da agricultura e do comércio, inicia-se o desenvolvimento e a expansão de uma área urbana pioneira. Segundo Fontanella (1992), antes da migração ítalo-brasileira, pouco ou nada existia. A partir de 1923 começou a desenvolver-se, surgindo escolas, igrejas, estradas, comércio e alguma indústria.

Outro importante fator foi à consolidação gradativa de uma estrutura administrativa que assegurou a futura instalação de equipamentos urbanos como abastecimento de água, energia elétrica, arruamentos pavimentados e não pavimentados, loteamentos, etc. Assim, Volta Grande foi elevada à categoria de distrito em 1930 e a vila em 1938. A partir de 1943 passa a denominar-se oficialmente Jacinto Machado (Pichetti, 1970).

Na década de 50, temos já formado um “centro rural-urbano”, caracterizado pelo número de habitantes, pela presença de indústrias de transformação de recursos primários (ramos madeireiro, cerâmico e alimentar) e, também, pelo aumento dos serviços básicos oferecidos no centro urbano. Como por exemplo, a energia

elétrica em 1930; a conclusão em 1939 da estrada ligando Jacinto a Araranguá; a primeira linha de ônibus criada em 1940; a criação do Grupo Escolar inaugurado em 1944; e o funcionamento provisório do Hospital São Roque na residência de Angelo Trevisol, em frente à Igreja Matriz, a partir de 1950 (Fontanella, 1992).

Lago (1978, p. 308) cita que, os centros rurais-urbanos passam a vincular-se as “...‘pequenas cidades’ próximas, em termos de relações comerciais, funcionando estas como entrepostos que comumente combinam estabelecimentos comerciais com indústrias de processamento de bens primários”. Dentro desta perspectiva, Jacinto Machado passou a aumentar suas relações comerciais com Turvo, Sombrio e Araranguá, decorrente da vazão de sua produção interna, com destaque para o setor primário.

Em 21 de junho de 1958, ocorre a emancipação político-administrativa do município de Jacinto Machado, de acordo com a Lei Estadual nº 348. Neste momento, com administração própria, o município passa a acionar novas propostas de desenvolvimento através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc.,

interessantes tanto às empresas como a população em geral (CORRÊA, 1995).

No caso da primeira administração de Jacinto Machado, as ações foram limitadas, destacando a construção da ponte de madeira sobre o rio da Pedra, a construção da escola de alvenaria, construção e melhoria de arruamentos, regulamentação das propriedades fundiárias, regulamentação e cobrança de taxas e impostos. Os serviços públicos prestados pela prefeitura facilitaram a vida da população local, evitando as longas e desgastantes viagens ao município de Turvo e Araranguá.

O município, até a década de 60, continuava em expansão tanto na área rural como urbana (Tabela 1), devido aos progressos nos setores primário e secundário, com a boa produção de milho, banana e fumo, e pequenas indústrias de beneficiamento.

No entanto, os loteamentos ocorriam de forma aleatória, obedecendo aos propósitos dos proprietários latifundiários, sem intervenção da administração local. Conforme Corrêa (1995, p. 16), estes estavam basicamente "... interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, tinham interesse na expansão do

espaço da cidade, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural". Assim, o próprio proprietário elaborava o plano de loteamento e, com a escritura, registrava-a em cartório ao novo dono.

Tabela 1

Evolução Demográfica de Jacinto Machado

Censos	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
1940	222	5.128	5.350
1950	342	8.436	8.778
1960	674	8.701	9.375
1970	1.582	12.107	13.689
1980	2.375	9.958	12.333
1991	3.602	7.912	11.514
1996	3.957	7.082	11.039

Fonte: Censo Demográfico de Santa Catarina
IBGE: 1940/1991

Na década de 60, após emancipação política e administrativa do município de Jacinto Machado, temos alguns agentes que marcaram a expansão urbana e o crescimento do município a nível regional, como a instalação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado Ltda. (COOPERJAMA), a instalação da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado Ltda. (COOPERJA) e a primeira ação legal, referente ao planejamento urbano, com a aprovação da lei de criação do Perímetro Urbano.

A presença da energia elétrica precede a

própria existência da COOPERJAMA. A iniciativa pioneira de implantação da energia, como já citado anteriormente, deu-se em meados da década de 30. A energia era produzida por um moinho de água, turbina e gerador de baixa potência, que abastecia poucas residências e estabelecimentos, ou seja, não se tornou um fator preponderante na ampliação do sítio urbano.

Assim, frente aos obstáculos causados pela falta de energia no desenvolvimento social e econômico do jovem município, reuniram-se de livre e espontânea vontade em 1961, membros da comunidade, com o intento especial de constituir uma sociedade cooperativa, a COOPERJAMA. A energia era inicialmente provinda da Usina Termoelétrica de Capivari (atual Capivari de Baixo) e distribuída aos seus 17 sócios. Com a distribuição regular abriram-se novas oportunidades de crescimento dos setores secundário e terciário, fortalecendo assim o comércio local.

Já a COOPERJA, surgiu em 1969 após realização de Assembléia Geral, que contou com a participação de 117 agricultores, na maioria produtores de arroz e oriundos dos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande. Todavia, o

desenvolvimento nos primeiros anos foi marcado pela falta de um programa de educação para a conscientização cooperativista, gerando um período de muitos contratemplos, que resultou em um crescimento relativamente pequeno da mesma nos primeiros anos de implantação.

De acordo com o Censo Demográfico de Santa Catarina - IBGE de 1970, houve um crescimento significativo da população urbana do município em relação ao Censo de 1960, atingindo um número de 1.582 habitantes (Tabela 1).

Este aumento foi ocasionado pela boa fase em que se encontrava o setor primário, principalmente no que se referia à produção de banana, que girava em torno de 6.000 toneladas/mês. A população economicamente ativa no setor primário era de 3.828, de 230 no secundário e de 525 habitantes no terciário.

Apesar dos entraves na formação da cooperativa, a agricultura era sinônima de desenvolvimento no município, mas fragilizava o setor terciário (comércio e serviços), que ficava sob influência dos períodos de ascensão e queda dos produtos agrícolas.

Por Decreto nº 132/69, de 31 de dezembro de 1969, é criado o perímetro urbano de

Jacinto Machado, com base nos artigos 1º e 3º da Lei nº 13/69 de 5 de agosto de 1969. Todavia, o limite detalhado só foi definido em 23 de novembro de 1995, pelo Decreto nº 631. A criação do perímetro urbano respondia a interesses claros e objetivos, como ordenamento e controle urbanístico, arrecadação de tributos, valorização da terra e estabelecimento de áreas de expansão urbana (Paiva, 1983).

Já a década de 70 foi marcada pelo êxodo rural, reflexo da política desenvolvimentista nacional, pela construção da “ARMADA” (depósito e entreposto de fumo da empresa multinacional FUMAGERO), pela instalação do Banco Sul Brasileiro e pela criação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE).

O êxodo rural no município causou uma diminuição gradativa da população total e rural ao longo dos anos 70 (Figura 3), apresentando índices negativos de 1,03% e 1,93% (Censo IBGE - 1970/80).

As causas do êxodo rural em Jacinto Machado foram similares as da maioria dos municípios brasileiros, principalmente, aos da Região Sul Catarinense. No caso, foram os reflexos da criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR); a modernização da agricultura, dentro da política

progressista militar vigente; concorrência na comercialização de bananas; e a oferta de emprego gerada nos centros regionais (Adas, 1998).

A criação do ETR em 1963, no governo de João Goulart, refletiu negativamente no campo, pois a maioria dos proprietários rurais, não querendo arcar com os encargos sociais, demitiram seus empregados institucionalizando-se a condição de trabalhador temporário (Adas, 1998). Esta situação gerou uma força de trabalho “improdutiva”, durante os períodos de entre safra, que precisava ser reabsorvida para dar continuidade ao processo de desenvolvimento capitalista campo-cidade.

Simultaneamente, outro fator continuou agravando este período de incertezas empregatícias no campo, a modernização da agricultura, pois grande parte dos pequenos produtores não tinham acesso a estes “benefícios” técnicos (Mattos, 1973). Além do que, não fora avaliado os custos sociais e ambientais desta modernização.

Em Jacinto Machado prevaleciam os minifúndios (propriedades de até 50 ha), que em 1970 e 1980, respondiam respectivamente, por 91,96% e 91,90% dos

estabelecimentos agrícolas (Censo IBGE - 1970/80). Esta falta de acesso aos equipamentos, insumos agrícolas e assistência técnica, repercutiu na baixa qualidade da banana produzida, barateando seu preço de mercado.

Em virtude do baixo lucro da produção, muitos produtores foram obrigados a vender suas terras por baixos preços ou mesmo abandoná-las e, com o pouco que lhes restava, dirigiam-se às cidades próximas em busca de empregos e salários fixos.

Parte deste fluxo migratório foi absorvido pela própria cidade de Jacinto Machado, com a formação de uma periferia urbana. Outra parte foi absorvida pelos centros regionais, como Ouro Verde, Caxias do Sul e Porto Alegre no Rio Grande do Sul, e Araranguá, Criciúma e Sombrio em Santa Catarina (Fontanella, 1992). E, de acordo com Corrêa (1989, p. 56):

“As atividades capitalistas da cidade, entre elas especialmente as indústrias, necessitam de trabalhadores “livres”, que dispõem apenas de sua força e nenhum ou muito pouco vínculo com o campo. Estes trabalhadores constituem a massa de onde será extraído o valor excedente, fonte de acumulação de capital. Assim, a cidade precisa drenar, via emigração rural-urbana, uma parcela da população do campo, constituída por pequenos proprietários, rendeiros, meeiros, moradores de condição e assalariados.”

Concomitante, a produção de fumo

aumentava e recebia um grande impulso com a chegada da ARMADA. Fundada em 18 de outubro de 1973, como filial da Empresa Multinacional FUMAGERO, funcionava como posto de recebimento para pré-classificação das folhas de fumo que seriam encaminhadas para Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul. Localizava-se dentro do perímetro urbano, e fornecia para seus associados, assistência técnica e insumos agrícolas. Nos períodos de compra e transporte da produção (safra), tinha como efetivo total cerca de 300 funcionários, sendo 230 temporários e aproximadamente 70 funcionários permanentes.

Este impulso econômico, além das próprias necessidades da população local, resultou na instalação da primeira agência bancária do município em 1974, o Banco Sul Brasileiro (Fontanella, 1992).

Com o rápido crescimento urbano, foi criado pela Lei municipal nº 22/79, de 05 de novembro de 1979, o SAMAE. Este objetivava suprir o abastecimento de água da área urbana, sem pretensões concretas no que se referia ao saneamento da mesma. A rede de abastecimento foi inicialmente implantada pelos irmãos Trevisol, abastecendo 15 residências.

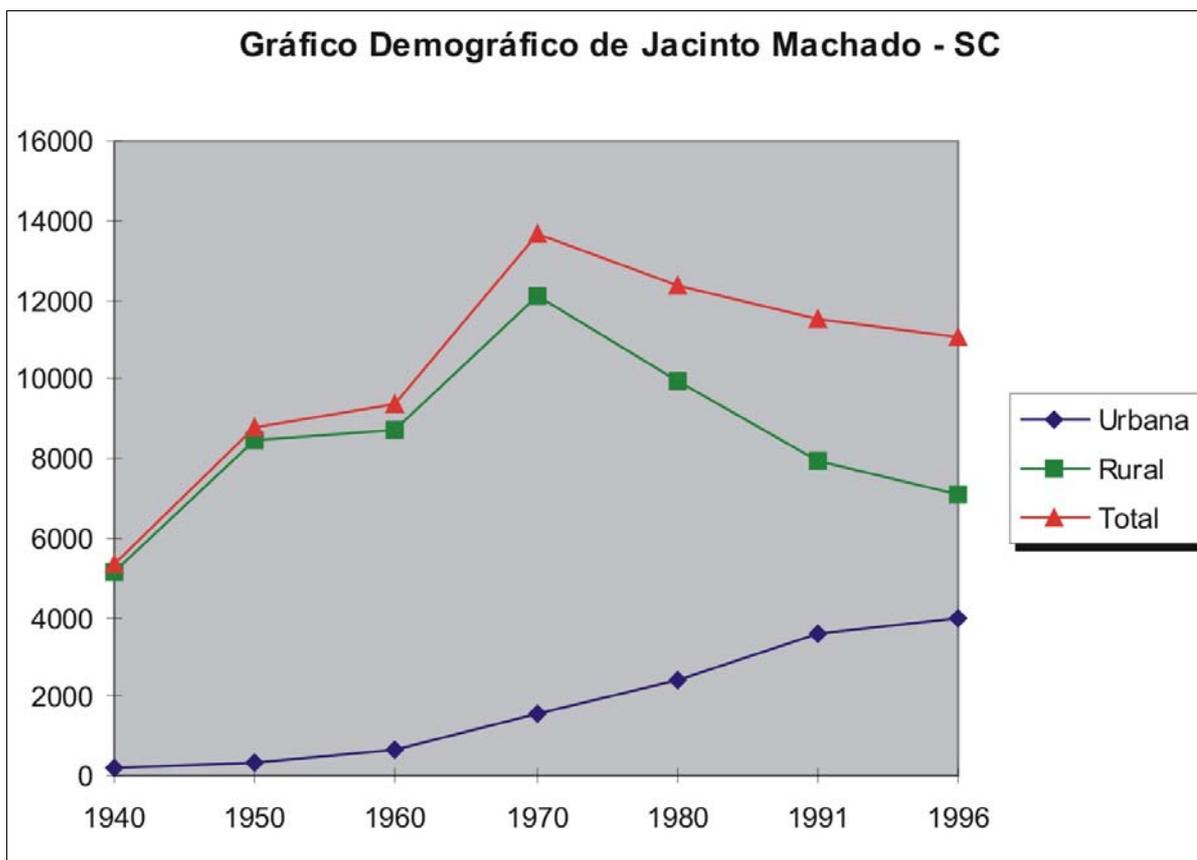


Figura 3 - Evolução demográfica de Jacinto Machado -SC

Concluindo, ao final da década de 70, em decorrência destes agentes assinalados, houve um crescimento de 3,48% da população economicamente ativa no setor secundário e 5,40% no setor terciário, como também num acréscimo da população urbana de 4,14% ao ano (Censo IBGE 1970-80).

O crescimento urbano em Jacinto Machado na década de 80, foi marcado pela extensão dos fatores evidenciados na década anterior e, principalmente, pelo aumento

da produção de arroz, através do programa PRÓ-VÁRZEA.

A cultura do arroz, originalmente realizada em áreas alagadiça, recebeu grande impulso com o Pró-Várzea (1981), aumentando extraordinariamente a produtividade. Iniciou-se, assim, um processo de implantação de novos projetos em áreas anteriormente utilizadas para o cultivo de milho, feijão, mandioca, etc., que em sua maioria foram aplainadas e preparadas para o plantio. Em 1981 haviam 42 projetos

implantados em uma área de cultivo de 276,8 hectares (Tabela 2). Em 1989, já existiam 2.501 projetos implantados em uma área de 15.230 hectares.

Tabela 2

Área Utilizada na Produção de Arroz

Ano	Área Plantada (ha.)
1981	276,8
1985	2.472,8
1989	15.230,6

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE: 1981/1989

O quadro associativo da COOPERJA passou de 100 para mais de 200 cooperados, acarretando no aumento da capacidade de recebimento e armazenagem de 40.000 para 120.000 sacas de arroz. O aumento da produção de arroz, somado à produção de fumo e banana, impulsionou economicamente o município, atraindo novos investimentos e oportunidades de trabalho na área urbana.

O município passou a contar com três novos Bancos: Meridional (antigo Sul Brasileiro), BESC (1980) e o Banco do Brasil (1981). Surgiu o primeiro hotel (Zanatta) em 1983, como também, novos estabelecimentos comerciais.

Vale ressaltar que a produção agrícola no município de Jacinto Machado interferia diretamente sobre o crescimento urbano, ou

seja, além do abastecimento interno, a produção, em parte, era destinada às indústrias de beneficiamento e cooperativas, gerando empregos e receita, atraindo a demanda de mão-de-obra desempregada ou em subempregos no campo. Conseqüentemente, no centro urbano, surgem novos loteamentos, aumento da população urbana e aumento das relações comerciais, bem como do número de serviços prestados pela administração municipal.

Como resultado deste desenvolvimento sócio-econômico, a população urbana passou de 2.375 para 2.793 habitantes, apresentando uma taxa média de crescimento anual de 1,81%, para o período de 1980/1989.

Atuais características urbanas

A expansão urbana na década de 90, além de refletir a atuação conjunta dos agentes das décadas anteriores, foi marcada pela criação da Lei Orgânica Municipal, em 31 de maio de 1990. Considera-se que neste período a municipalidade assegurou e implantou, teoricamente, uma nova política urbana. Entretanto a realidade das ações estabelecidas sobre a área urbana difere, quase em sua totalidade, das projetadas pela Lei Orgânica.

O Art. 124 descreve algumas políticas de controle, proteção, manutenção e criação de áreas urbanas que deveriam ser asseguradas pela administração municipal. Todavia, não há controle sobre a expansão urbana, o que é demonstrado pela existência de 3 loteamentos clandestinos, localizados nos bairros do Centro, Figueira e Arizona. Os vazios urbanos aparecem espontaneamente e são utilizados de acordo com os interesses dos proprietários fundiários, não respeitando a exigências jurídicas do Art. 128. A questão ambiental dentro do perímetro urbano não é respeitada, tampouco cogitada.

Apesar da importância referida no Art. 135 sobre a elaboração e implantação de um Plano Diretor, que supostamente asseguraria o estabelecimento de critérios no cumprimento da função social da área urbana, como no direcionamento da expansão urbana, este ainda não foi criado.

Os loteamentos continuam sendo realizados de forma aleatória, negligenciando a legislação municipal e estadual. Obedecem somente aos princípios da Lei Federal 6766/79, que declara como loteamento, a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos, modificação ou

ampliação das vias existentes (Art. 2º, parágrafo 2º da referida Lei). Mas, não obedecem aos princípios da Lei Orgânica do município, que assegura que loteamentos maiores de 3 hectares deverão possuir estudos de impacto ambiental e, no mínimo, 40% de áreas livres, que serão utilizadas como área verde (20%) e área de uso comum (20%).

O Art. 136 proíbe a utilização das faixas marginais ao longo dos cursos d'água para fins urbanos. Contudo, a área de maior adensamento urbano em Jacinto Machado localiza-se exatamente às margens do rio da Pedra, correspondendo às ruas Irmãos Trevisol (SC-483) e Dr. Nereu Ramos (JAM-154).

Assim, a atuação da municipalidade restringe-se basicamente a fiscalização dos projetos de loteamentos, no intento de que os novos arruamentos obedçam ao traçado projetado preliminarmente pela administração municipal.

O crescimento urbano atualmente dá-se de maneira espontânea ao longo destas ruas, que dão acesso a outras vilas de Jacinto Machado (Pinheirinho Baixo e Barra do Pinheirinho), como também a outros municípios (Praia Grande, Sombrio e Ermo). Deste modo, formam-se novas

áreas de ocupação efetiva rarefeita denominada como “vazios urbanos”, que são áreas não ocupadas existentes na malha urbana (Paiva, 1983). O arruamento obedece relativamente ao padrão xadrez, facilitado pelas características topográficas do sítio urbano (Figura 4).

Em 1996, o perímetro urbano possui 2,983 km², com 1.728 imóveis edificadas e

1,766 não edificadas (AMESC, 1996). Sendo que, cerca de 90% das edificações com mais de 1 piso encontram-se nas ruas principais já mencionadas, destacando-se a rua Irmãos Trevisol, com 28 edificações de 2 pisos. Em sua maioria, são compostas por estabelecimento comerciais e de prestação de serviços no piso inferior e residência no piso superior.



Figura 4 - Vista aérea da malha urbana tomada em 1997, pelo Geógrafo Jairo Valdati.

Com base nestas informações e com o auxílio de fotografias aéreas de 1957 e 1978 (escala 1:25.000), fotografias aéreas tomadas em 16/12/97, Planta de Referência

de Nível de Jacinto Machado de 1991 (escala 1:5.000) e saídas a campo, foi possível elaborar o mapa de Evolução Urbana de Jacinto Machado/SC. Este mapa

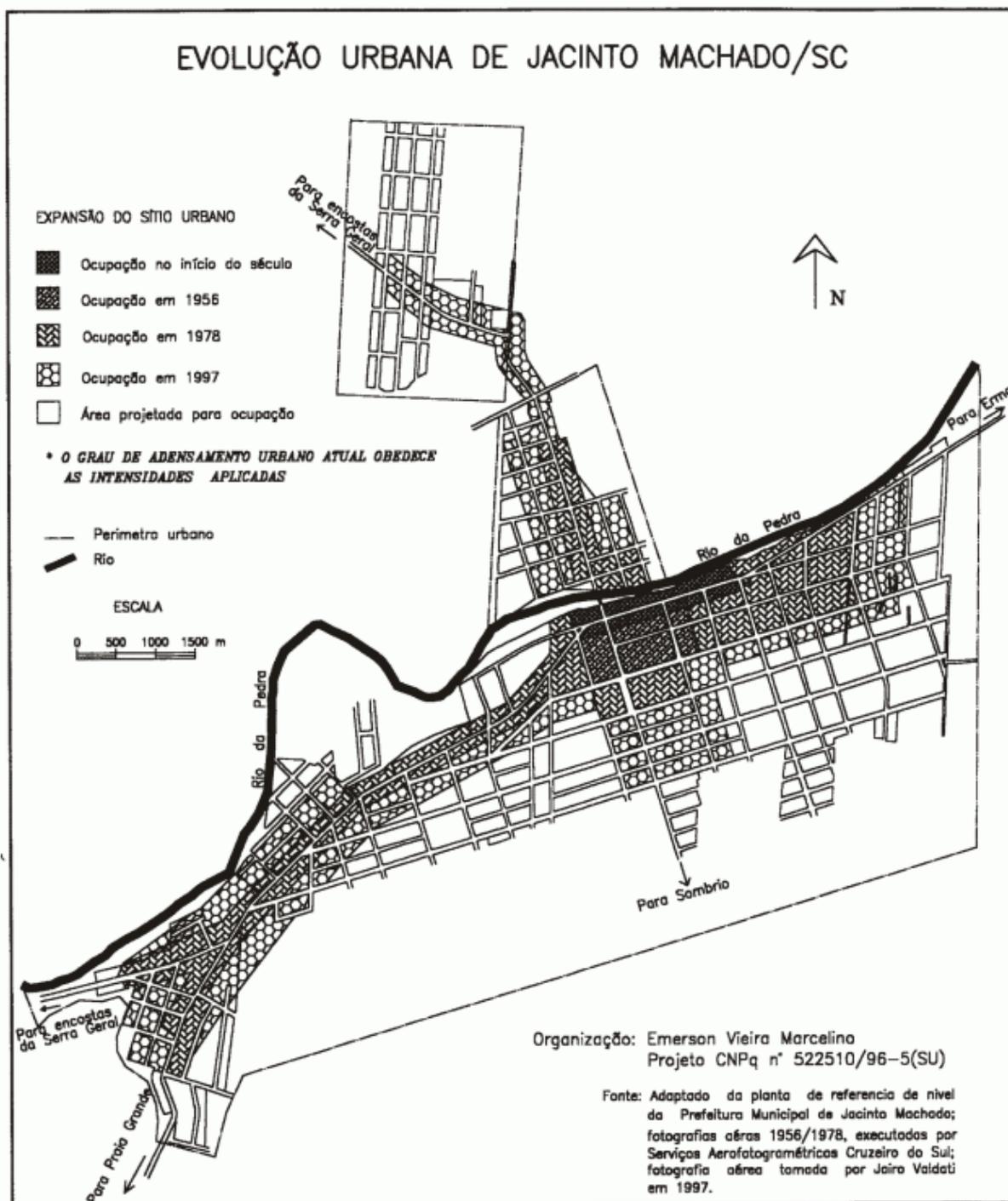


Figura 5 - Evolução urbana de Jacinto Machado – SC.

reflete espacialmente a expansão urbana nos principais períodos de desenvolvimento sócio-econômico do município (Figura 5).

Analisando a Figura 5, foi possível notar que o principal incremento ocorreu a partir da década de 70, que corresponde exatamente ao período marcado pela atuação da administração municipal na implantação de equipamentos urbanos (abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação, etc.); dos proprietários fundiários que realizaram o parcelamento do solo e abriram novos loteamentos; do êxodo rural em virtude da criação da ETR; da criação e participação das cooperativas; e da intensificação do comércio local.

No entanto, este crescimento das últimas décadas ocasionou graves problemas geoambientais. Atualmente, não existe rede de esgoto sanitário e grande parte dos efluentes produzida pelos estabelecimentos urbanos é destinada, sem qualquer tratamento, ao rio da Pedra. A rede de coleta de águas pluviais possui aproximadamente 3.563 m, atendendo somente à área da sede urbana, destinando também os efluentes para o rio. Somente a área do perímetro urbano é coberta pela coleta de lixo, sendo que, todo o lixo

coletado é depositado a céu aberto na Vila Araçá (PBDEE, 1995).

Reflexões finais

O crescimento urbano de Jacinto Machado foi condicionado basicamente pelo modelo colonizador estrangeiro, êxodo rural, instalação de funções administrativas municipais, instalação de equipamentos urbanos essenciais e coletivos, e pelo desenvolvimento gradativo dos setores secundário e terciário (Corrêa, 1995). De acordo com Carlos (1994, p. 83):

“A reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Se de um lado aproxima a indústria, as matérias-primas (e auxiliares), os meios de circulação (distribuição e troca de mercadorias produzidas), a força de trabalho e o exército industrial de reserva, de outro lado “aproxima” pessoas consideradas como consumidoras.”

Cria-se um processo de construção do espaço urbano, singularizado na dinâmica das relações de produção e consumo. Desta forma, a paisagem torna-se a expressão da “ordem” e do “caos” como manifestação da formação do espaço urbano (Carlos, 1994).

No caso de Jacinto Machado, estas manifestações são frutos da ausência de políticas públicas. Conseqüentemente, existem deficiências estruturais em função

da falta de um Plano Diretor, do negligenciamento da Lei Orgânica municipal e da inexistência de uma política ambiental, que poderão agravar ainda mais os problemas sociais já existentes, como verificado nos loteamentos de Ana Paula e Vila Araçá.

O processo de construção do espaço urbano superou as fases de estagnação econômica, com o propósito de formar a cidade, mesmo que interferindo significativamente sobre o meio. As enchentes ocorridas em 1995 e 1997 foram uma resposta aos impactos ambientais ocasionados pelas formas de uso e ocupação do espaço urbano. Desta forma, as ações de planejamento futuros deverão contemplar tanto os aspectos sócio-econômicos quanto geofísicos da área, na busca pela implantação de obras preventivas e mitigadoras frente aos problemas geoambientais já existentes.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo apoio financeiro através da bolsa de Iniciação Científica (IC), processo nº. 52.2510/96-5; ao Laboratório de Análise Ambiental – LAAM (CFH/UFSC) pelo apoio técnico-científico; a

municipalidade de Jacinto Machado pelas informações sócio-econômicas; e a participação dos moradores locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais**. São Paulo: Ed. Moderna, 1998. 596 p.

AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico**. Araranguá: SDM, 1996. 197 p.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Curitiba: GRAFIPAR, 1970. 181 p.

CARLOS, A. F. A. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. USP, 1994. 271 p.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1989. 96 p.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1995. 96 p.

DALL'ALBA, J. L. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Ed. Gráfica Orion, 1997. 513 p.

FONTANELLA, Pe. H. **Jacinto Machado: Capital da Banana**. Tubarão:

Ed. Dehon, 1992. 91 p.

HOBOLD, P. **A História de Araranguá: reminiscência desde os primórdios até o ano de 1930.** Porto Alegre: PALMARINCA, 1994. 255 p.

IBGE. **Geografia do Brasil: Região Sul.** Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. p.143- 160.

LAGO, P. F. **Santa Catarina: a terra – o homem e a economia.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1968.

_____. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1978.

MATTOS, F. M. **Santa Catarina: Nova Dimensão.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1973. 448 p.

PALMA, R. B. El análisis de la vegetación como critereio de interpretación del paisaje (andalucía atlántica). **Estudios Geográficos**, v. 53, n. 226, p. 5-33, 1997.

PAIVA, E. C. **Delimitação do Perímetro Urbano.** Rio de Janeiro: IBAM, 1983. 24 p.

PBDEE - **Plano Básico de Desenvolvimento Econômico-Ecológico.** Jacinto Machado: [s.n.], 1995. 3 p.

PELUSO JUNIOR, V. A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

PIAZZA, W. F. **Atlas Histórico do estado de Santa Catarina.** Florianópolis: DCSEC, 1970. 100 p.

_____. **A Colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. PALLOTI, 1982. 312 p.

PICHETTI, A . **História de Santa Catarina.** Curitiba: GRAFIPAR, 1970. 50 p.

PRATES, A. M. M.; ALMEIDA, N. O . O Processo de Ocupação do Espaço Sul Catarinense. In: Encontro Nacional de Meio Ambiente, Cuiabá, 1993. **Anais.** Cuiabá: Ed. UFMT, 1993. p. 189 – 196.

RECLUS, E. **Geografia.** São Paulo: Ed. Ática, 1985. 200 p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, S. C. **Nova história de Santa Catarina.** Florianópolis: Terceiro Milênio, 1999. 136 p.

SAVI, H. **Timbé do Sul: um pouco de sua história.** Florianópolis: Ed. Paralelo 27, 1992. 163 p.